



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
CONTROLADORIA GERAL
CNPJ 36.350.312/0001-72

Of. n.º 075/2022 - SEMCONT

São Domingos do Norte/ES, 28 de novembro de 2022.

Da: Controladoria Geral do Município de São Domingos do Norte/ES.

Elison Cacio Campostrini

À: Exm^a Senhora Prefeita Municipal

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA

Áreas Interessadas:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – Marta Martins Sossai

RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO - OUTUBRO/2022

UNIDADE SECCIONAL: Relatório da Unidade Setorial de Sistema de Controle de Licitação

CONSIDERANDO o RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO - UNIDADE SECCIONAL: Sistema de Controle de Licitação - UNIDADE GESTORA: Município de São Domingos do Norte/ES – Servidor Eduardo Pupim Junior – PERÍODO - Outubro/2022 - **Protocolo 7547/2022**, de 17/11/2022, conforme seguem informações extraídas:

CONSIDERANDO o disposto no Art. 5º, inciso XIX I, da LEI COMPLEMENTAR Nº 05, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016:

“[...] São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno referida no artigo 7º, além daquelas dispostas nos art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual, também as seguintes: [...] manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades”;

CONSIDERANDO nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101- Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
CONTROLADORIA GERAL

CNPJ 36.350.312/0001-72

Complementar nº 05/2016, o Relatório mensal de Controle Interno referente ao mês de outubro do exercício de 2022.

Conforme consta no referido relatório, tendo em vista a realização da inspeção interna no período de 01/10 a 31/10/2022, apresentamos o relatório mensal do controle interno com comentários e sugestões sobre os problemas que vieram ao nosso conhecimento durante o decurso normal dos trabalhos de inspeção.

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do art.74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, arts. 75 a 80 da lei Federal nº 4320/1964, arts, 63 a 66 da Lei Complementar nº 33 do Estado do Espírito Santo, Lei Orgânica do Município, e em atendimento ao disposto no art. 5º, inciso XII, alínea "a" da Instrução Normativa nº 08/2003 do TCE/ES, alterada pela IN nº 06/2004, apresenta-se **RELATÓRIO MENSAL DE CONTROLE INTERNO**, referente ao mês de **OUTUBRO** de **2022**, que contém os resultados obtidos mediante o acompanhamento e avaliação dos controles existentes, bem como as medidas adotadas ou a adotar, e que visam sanear distorções porventura existentes entre as normas escritas e os procedimentos adotados.

A Seccional de Sistema de Controle de Licitação apresentou relatório mensal listando as licitações realizadas durante o mês de outubro do corrente ano, apontando existir certa celeridade e economia das licitações realizadas por modalidade “eletrônico” em relação as demais modalidades. Apontou, ainda, haver erros nos Termos de Referência protocolados pelas secretarias, bem como a falta de documentos necessários nos processos licitatórios, resultando em morosidade dos certames licitatórios.

CORROBORAMOS com o relatório elaborado pela setorial de Sistema de Controle de Licitação, protocolado sob nº 7547/2022, apresentado à SEMCONT, para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os erros acima listados e inibir futuros erros.

RECOMENDAMOS a Secretaria de Administração e Recursos Humanos que seja realizada reunião com as secretarias para disponibilizar instruções referentes à elaboração de Termo de Referência conforme as normas legais. De igual modo, a SEMCONT **REITERA** o ofício OF nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
CONTROLADORIA GERAL

CNPJ 36.350.312/0001-72

086/2021, e encaminha a Instrução Normativa IN nº 001/2021, via e-mail, que dispõe sobre a contratação de compras e serviços, para conhecimento e aplicação de seus artigos e anexos, na elaboração de Termos de Referência, bem como no trâmite legal dos processos licitatórios municipais observando a forma e conteúdo elencados na presente Instrução Normativa.

ELISON CACIO CAMPOSTRINI

Controladoria Geral PMSN